

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000276/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2019
CONTRATO Nº 003/2020

O **MUNICÍPIO DE CAMANDUCAIA**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.935.396/0001-61, com sede na Av. Targino Vargas 45 2º andar – Recanto dos Ypês, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **Edmar Cassalho Moreira Dias**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.997.656-78 e do RG MG 115.148-83 SSP/MG, residente e domiciliado na Praça da Mantiqueira, nº 120, Vila da Mantiqueira, nesta cidade, a seguir denominado Contratante; e a Empresa **SUELEN SILVA SANTOS 12149358697**, estabelecida na 1 Avenida Rio Branco, 260 - Centro – Camanducaia/MG - CEP 37.650-000 inscrita no CNPJ 32.382.432/0001-09, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Suelen Silva Santos, brasileira, Casada, empresária, portadora do RG MG nº 16.501.884 SSP/MG e CPF nº 121.493.586-97, resolvem firmar o presente contrato para o Fornecimento dos produtos como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 276/19, na modalidade Pregão Presencial nº 131/2019, do tipo Menor Preço Unitário, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 174 e demais disposições legais, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

I – Constitui objeto do presente instrumento, a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E LEITE**, de forma parcelada, para as Secretarias Solicitantes, conforme discriminação constante no “Anexo I” do Edital que deste instrumento faz parte integrante.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

II – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela Contratada, sem autorização do Contratante por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

III – A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o Contratante exercer seus direitos a qualquer tempo.

IV - O Contratante reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos, em sua totalidade ou em qualquer de seus itens em específico, em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-lo; reservando-se a Contratante a se valer dos termos do art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

V – Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do presente contrato.

VI – Fornecer a relação dos servidores que poderão proceder à retirada dos produtos, quando a entrega dos produtos for ajustada de forma parcelada, mediante apresentação de documento hábil.

VII – Promover a fiscalização e o controle na execução do presente contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

VIII – Fornecimento dos Produtos, conforme cláusula “I” mediante estrita observância dos termos e condições discriminados neste contrato e no “Anexo I” do Edital que deste instrumento faz parte integrante.

- a- Entregar exclusivamente o produto licitado, não podendo fazer alterações, podendo incorrer nos crimes previstos na lei de licitações.

IX – Empreender a sua atividade profissional com diligência, probidade e zelo máximo.

X – Fornecer, juntamente com a entrega dos produtos, toda documentação fiscal pertinente.

XI – Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à realização da entrega dos produtos a si adjudicados.

XII – Manter, até o cabal cumprimento deste instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do objeto em questão.

XIII – Repassar ao Contratante os abatimentos de preço que eventualmente praticar, em decorrência de promoções e/ou qualquer outro meio destinado a selecionar e angariar clientes.

XIV – Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução do presente contratado.

XV – Indicar, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) preposto para representar a Contratada junto ao Contratante, solucionando todos os assuntos relativos à execução do mesmo.

XVI – O Objeto deste contrato deverá ser fornecido conforme Anexo I, ficando a seu cargo todas as despesas decorrentes de fornecimento, frete, manuseio e demais condições para seu efetivo fornecimento no prazo de até Pão: Entrega duas vezes no dia. Leite: Quinzenalmente, com 5 dias para entrega após O F.

XVII – Os objetos da presente licitação serão recebidos, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo:

- a) Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação;

Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório para produtos de consumo e em até 15 (quinze) dias úteis para produtos permanentes, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e conseqüente aceitação.

XVIII - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com as especificações e demais exigências do instrumento convocatório, com defeito, ou incompleto, após a notificação ao contratado, será suspenso o pagamento até que seja sanada a situação, no prazo determinado pela Contratante; incorrendo a mesma nas aplicações das sanções cabíveis, podendo, ainda, se determinar à rescisão do contrato.

XIX – A Contratada obriga-se a arcar com o ônus por eventuais danos ocorridos nos produtos, bem como a proceder à substituição dos mesmos, em caso de defeitos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, às suas expensas, conforme disposto nos arts. 69 e 70 da Lei 8.666/93.

XX – Os produtos fornecidos deverão possuir garantia do fabricante, respondendo a Contratada, subsidiariamente, pelo produto.

XXI – A Contratante reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório e que não estejam em perfeitas condições de funcionamento, podendo rescindir o contrato e aplicar as penalidades e sanções cabíveis.

XXII – Os produtos fornecidos deverão estar de acordo com as normas de especificações e de controle editadas pelos órgãos oficiais, sob pena de recusa do recebimento do produto, independentemente das sanções legalmente previstas para o caso.

XXIII – Remeter ao Contratante, quando solicitado, relatórios operacionais discriminando a entrega dos produtos contratados, comprovando as datas de suas realizações e relação dos servidores que fizeram a retirada dos mesmos.

- a) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao Objeto da Licitação a si adjudicado, inclusive fretes e Seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Entregar exclusivamente os produtos contratados, sob pena de incorrer nos crimes da Lei de Licitações.
- d) Cumprir com todas as obrigações, incluindo as obrigações acessórias.
- e) Cumprir rigorosamente os prazos de entrega dos produtos.
- f) Informar qualquer ocorrência durante a entrega dos produtos, inclusive possíveis atrasos.
- g) Entregar os produtos apenas mediante a emissão de ordem de fornecimento.
- h) Informar e-mail para o envio das ordens de fornecimento.
- i) Informar qualquer alteração de endereços ou outros meios de contato com a empresa.

DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO FORNECIMENTO

1- Obrigações de Fornecimento

O pão será entregue duas vezes ao dia (as 07h00 e as 14h00) em todos os locais.

O leite será entregue quinzenalmente (das 07h30 as 10h30 e das 12h30 as 16h00min) no Almoarifado Central, na Rua Professor Francisco Manoel do Nascimento, 15, sendo o prazo de entrega até 05 dias uteis.

Caso os produtos que sejam entregues possuam aparência de estragados ou de impróprios para o consumo, estes não serão atestados para pagamento e a empresa terá o prazo de 24 horas para fazer a substituição do produto sob pena de multa e rescisão do contrato.

O prazo de validade dos leites entregues deve ser superior a 30 dias.

A solicitação, conferência, acompanhamento, fiscalização e o recebimento dos produtos, objeto deste contrato, serão realizados pela Secretaria de Solicitante, observados os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

As ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não

totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues.

Fica responsável pela gestão e fiscalização do contrato os servidores designados:

A ocupante do Cargo de Nutricionista, no momento sendo preenchido pela servidora Marcele Teresa Alves de Souza Cisi, Matrícula 4006.

A ocupante do Cargo de Chefe do Almoxarifado, no momento sendo preenchido pela servidora Marlene de Araújo Silva Nepomuceno, Matrícula 5046.

É responsabilidade do servidor acima designado comunicar ao setor de compras e licitações qualquer descumprimento de cláusula contratual ou padrão de qualidade, sob pena de incorrer as responsabilidades pertinentes.

Em caso de alteração de servidor acima designado, o novo ocupante do cargo passará a gerir o contrato.

DO PREÇO

XXIV – O valor global contratado pelo Fornecimento dos Produtos discriminados no presente instrumento é de **R\$ 102.439,15** (Cento e dois mil e quatrocentos e trinta e nove reais e quinze centavos) o qual, não sofrerá ajustes de qualquer espécie e a qualquer título que seja ressalvada a hipótese da cláusula “**XIII**” do presente contrato e do item “**F**” da cláusula **XVI do Edital**.

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	BISCOITO DE POLVILHO A BASE DE POLVILHO AZEDO, OLEOS, OVOS, SAL E AGUA.	50	KG	PADOCA	23,95	1.197,50
2	BOLO PRONTO BOLO ALIMENTICIO COM PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 7 DIAS. TIPO SEM RECHEIO PESO 250 A 400G SABOR VARIADO (CHOCOLATE, FUBA, LARANJA, CENOURA, BAUNILHA, AIPIM) CARACTERISTICAS COMPLEMENTARES: E NECESSARIO QUE A ESPECIFICACAO DE PESO SEJA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMARIA CONSTITUIDA DE PLASTICO ATOXICO TRANSPARENTE, PRONTO PARA O CONSUMO.	150	UN	PADOCA	6,80	1.020,00
4	MINI PAO DE QUEIJO SEM RECHEIO ASSADO TAMANHO MEDIO DE 35GR A UNIDADE	60	KG	PADOCA	25,90	1.554,00

	VALIDADE DIARIO					
5	MISTO FRIO SANDUICHE COMPOSTO POR UM PAO FRANCES CORTADO NA HORIZONTAL, CONTENDO DUAS FATIAS DE PRESUNTO DE BOA QUALIDADE E DUAS DE MUSSARELA DE BOA QUALIDADE, PRONTOS PARA CONSUMO.	600	UN	PADOCA	4,20	2.520,00
6	PAO DE FRIOS MINI PAO PRONTO COM QUEIJO E/OU PRESUNTO DE PEITO DE PERU.	60	KG	PADOCA	22,95	1.377,00
7	PAO FRANCES Composicao minima da massa: 40 g de farinha de trigo; 0,8 g de sal; 0,4 g de reforçador; 24 ml de agua; 0,2 g de acucar;1,2 g de fermento biologico; 0,4 g de gordura vegetal, pesando 50 gramas por unidade, vida útil 6 horas, embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo com o decreto 3.029 de 16/04/1999 e portaria 593 de 25/08/1999.	8.983	KG	PADOCA	10,55	94.770,65
VALOR TOTAL						R\$ 102.439,15

XXV – O pagamento será efetuado pelo Setor de Finanças do Contratante, por processo legal a apresentação das notas fiscais/faturas devidas, nas condições exigidas e previstas pelas legislações vigentes.

- a- Os pagamentos serão efetuados dentro do prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o atesto/recebimento definitivo, contados da data de entrada da nota fiscal/fatura no departamento de contabilidade.

XXVI – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

XXVII – O Contratante poderá sustar o pagamento a que a Contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da inexecução contratual e/ou não recolhimento de multa aplicada, sem prejuízo do estabelecido na cláusula “V” do presente instrumento.

a) Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do **artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/89**, bem como juros moratórios, à razão de **0,5%** (meio por cento) ao mês calculado “**pro rata temporis**”, em relação ao atraso verificado;

b) O valor contratado, **não sofrerá** qualquer tipo de alteração ou ressalvas as hipóteses previstas no **artigo 65, da Lei Federal nº 8666/93**;

c) O valor contratado poderá ser reajustado desde que aprovado pela Prefeitura Municipal, com a comprovação através de notas fiscais e desde que não ultrapasse o menor valor praticado no mercado.

1. Para a concessão de reequilíbrio econômico e financeiro (art. 65, II “d” da Lei 8.666/93) a empresa deverá encaminhar comprovação do aumento dos preços, bem como a comprovação que o valor solicitado mantém a mesma margem de lucro inicial.
 - 1.1 O pedido será analisado pela Secretaria de Administração e pela Secretaria Solicitante.
 - 1.2 A empresa deverá manter o valor inicialmente contratado até a decisão sobre o reequilíbrio.
 - 1.3 **Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a empresa registrada não poderá suspender a execução do objeto e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.**
2. A contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões , nas mesmas condições contratuais até 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, II § 1º da Lei 8.666/93.
3. O valor contratado poderá ser reajustado desde que aprovado pela Prefeitura Municipal, com a comprovação através de notas fiscais e desde que não ultrapasse o menor valor praticado no mercado.
4. Os pedidos de Reequilíbrio Econômico e Financeiro deverão vir instruídos com as notas fiscais da época da licitação e as atuais acompanhadas dos novos preços a serem praticados, devendo respeitar o teto da margem de lucro da época da licitação.
5. A empresa somente poderá alterar os preços após o deferimento do pedido do Reequilíbrio por parte da Prefeitura.
6. O Reequilíbrio econômico e financeiro não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas, sendo aplicável ao saldo restante a partir da data do deferimento do pedido com a sua respectiva publicação.
7. As ordens de fornecimento já emitidas não serão alteradas sob a alegação de que houve alteração no preço, sendo de responsabilidade da licitante solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro a partir do momento em que tiver direito e não aguardar a emissão de pedidos por parte da prefeitura para solicita-lo.
8. As ordens de fornecimento já emitidas, sem que tenham sido protocolados os pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro deverão ser entregues no preço original.
9. O pedidos de reequilíbrio econômico e financeiro deverão ser protocolados na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Camanducaia.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XXVIII – As despesas com a execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária e sua correspondente para o exercício de 2020;

04.122.0001.2029.0000 - MANUT. ATIV. DA ADM. MUNICIPAL;

04.122.0015.2091.0000 - MANUT. ATIV. DA SUBPREFEITURA SAO MATEUS;

04.122.0018.2119.0000 - MANUT. ATIV. DA SUBPREFEITURA M. VERDE;

08.122.0020.2101.0000 - MANUT.SEC. DE ACAO SOCIAL E INCLUSAO A CIDADANIA;

08.243.0038.0035.0000 - MANUT.CONV. COM ENTID.DE ACOLHIMENTO A CRIANCA;

08.243.0038.2289.0000 - MANUT. ATIV. DO CONSELHO TUTELAR;

08.244.0020.2130.0000 - MAN. ATIV. DO CENTRO REFERENCIA DE AS. SOCIAL-CRAS;

08.244.0020.2137.0000 - MANUT.PROGRAMA BOLSA FAMILIA;

08.244.0037.2286.0000 - MANUT.ATIVIDADES DO TELECENTRO;
10.301.0025.2146.0000 - MANUT. ATIV. DO CENTRO DE SAUDE;
10.301.0025.2153.0000 - MANUT. ATIV. DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA-ESF;
10.301.0025.2232.0000 - MANUT. ATIV. ESTRAT.DA SAUDE DA FAMILIA - ESF M.V;
10.302.0032.2332.0000 - MANUT. ATIV. DO CENTRO DE REGULACAO;
10.302.0032.2334.0000 - MANUT.ATIVIDADES DO CAPS;
12.361.0003.2054.0000 - MANUT. DO PROG.DE ALIMENTACAO ESCOLAR-FUNDAMENTAL;
12.365.0003.2262.0000 - MANUT.DO PROG.ALIMENTACAO ESCOLAR - INFANTIL;
12.365.0003.2362.0000 - MANUT.PROGRAMA ALIMENTACAO NAS PRE ESCOLAS;
12.366.0003.2307.0000 - MANUT.PROG. ALIMENTACAO ESCOLAR - EJA;
13.392.0010.2069.0000 - MANUT. ATIV. DA BIBLIOTECA MUNICIPAL;
13.392.0010.2071.0000 - MANUT. ATIV. ESCOLA DE MUSICA, CORAL E BANDA;
15.122.0017.2038.0000 - MANUT. SERVICOS DA GARAGEM MUNICIPAL;
15.122.0017.2040.0000 - MANUT.ATIV.DA SECRETARIA DE OBRAS/SERVICOS;
27.812.0039.1152.0000 - IMPLANTACAO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO;
27.812.0041.2317.0000 - MANUT.GINASIO POILIESPORTIVO JOSE VARGAS;
27.812.0041.2318.0000 - MANUTENCAO DA PRACA DE ESPORTES

3.3.90.30.00 - Gêneros de Alimentação

DAS SANÇÕES

XXIX - No caso de atraso injustificado na execução do contrato/ata de registro de preços ou de sua inexecução, parcial, o Contratante reserva-se o direito de rescindir o contrato/ata de registro de preços e aplicar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato/ata de registro de preços, quanto a inexecução total do contrato/ata de registro de preços será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato/ata de registro de preços, **além das demais sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10520/02;** quais sejam:¹

1. Advertência;
2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de **05** (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
3. Multa de **10%** do valor total do contrato/ata de registro de preços pela rescisão unilateral;

¹ Entende-se por inexecução parcial do contrato todo o descumprimento que gere atraso ou prejuízo na entrega dos bens; o não cumprimento de parcela contratada; entregar de forma errada de um dos itens contratados ou de parte do contrato ou ordem de fornecimento, descumprimentos de obrigações acessórias. Entende-se por descumprimento total do contrato a não entrega total dos produtos constatados na ordem fornecimento; o abandono das obrigações, mesmo que já iniciados; a entrega total de forma diversa do solicitado no edital; o descumprimento das obrigações previstas em contrato.

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

5. A Licitante contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei, pela inexecução total ou parcial de cada ajuste e a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

5. 1) Recusa em assinar o contrato/ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;

5. 2) Entrega de material ou produto em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, Quantidade, rendimento, multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato/ata de registro de preços;

5. 3) A perda dos requisitos de habilitação durante a vigência do contrato que resultem em impossibilidade de emissão de ordem de fornecimento ou qualquer outro prejuízo ao município ensejará a aplicação de multa no valor de 1% do contrato, e caso a situação não seja regularizada a rescisão do contrato e demais penalidades aplicáveis.

5. 4) O atraso injustificado na entrega dos produtos licitados após o prazo preestabelecido no Edital e os demais descumprimentos contratuais sujeitarão o contratado às multas, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o máximo de 05 (cinco) dias, calculado sobre o valor da Ordem de Fornecimento em atraso;

b) 2% (dois por cento) a partir do 06º (sexto) dia, até o 10º (décimo) dia de atraso calculado sobre o valor da Ordem de Fornecimento ordem de fornecimento em atraso, sendo considerada inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços.

c) Multa de 10% (dez por cento) por atraso a partir do 11 º dias após o prazo previsto para a entrega, calculado sobre o valor da Ordem de Fornecimento em atraso, podendo ser rescindido o contrato/ata de registro de preços;

d) Multa de 2% (dois) por cento sobre o valor da ordem de fornecimento, pelos produtos entregues modificações não autorizadas, que não atendam as descrições determinadas no instrumento convocatório, pela recusa da contratada em efetuar as entregas, pela entrega em local diverso do estabelecido na ordem de fornecimento para a entrega, pela recusa ou atraso em substituir o produto que apresente defeito ou não atenda as descrições do edital.

e) Havendo a entrega de produtos impróprios para consumo ou com defeitos ou vício redibitório; fora do prazo de validade ou de garantia será aplicada multa no valor de 1% (um por cento) do valor do contrato/ata de registro de preços, caso seja reiterada a conduta, será aberto processo Administrativo e rescindido a Ata de Registro de Preços ou o contrato/ata de registro de preços com aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato/ata de registro de preços.

f) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato/ata de registro de preços por descumprimento de obrigação contratual ou condição de estabelecida no instrumento convocatório, pela negativa ou atraso na entrega ou assinatura de documentos ou informações relacionados ao contrato/ata de registro de preços.

g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos;

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Único: a aplicação da sanção prevista na alínea “a” a “f”, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas “g” e “h”, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas facultadas a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5. 5 - As sanções anteriormente previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

5. 6 - Tudo o que for fornecido ou executado incorretamente deverá ser substituído ou refeito, na especificação correta, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de aplicação de multa e demais penalidades.

5. 7 - Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor gerará título da dívida ativa do município e será cobrado judicialmente.

5. 8 - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

5. 9 - O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da licitante apenada. Não havendo pagamento pela empresa, As multas devidas serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, quando for o caso, serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao processo judicial de execução.

5. 10 - Serão aplicadas todas as disposições constantes no edital.

XXX – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento das faturas devidas pelo Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria emitida pelo Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

XXXI – As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

XXXII – O presente contrato terá vigência, partindo da data de sua assinatura, findando-se em **31/12/2020**, com a eficácia legal, após a sua publicação.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

XXXIII – Este contrato poderá ser rescindido, judicial ou extrajudicialmente, por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

XXXIV – Havendo rescisão extrajudicial por ato unilateral, a Contratada será notificada em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

XXXVI – Além das hipóteses previstas no caput, o contrato poderá ser rescindido sempre que a Contratada agir dolosamente.

DO FORO DE ELEIÇÃO

XXX – Fica eleito o foro da comarca de Camanducaia/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Camanducaia, 02 de Janeiro de 2020.

O MUNICIPIO DE CAMANDUCAIA

Edmar Cassalho Moreira Dias
Prefeito Municipal

SUELEN SILVA SANTOS 12149358697

Suelen Silva Santos

TESTEMUNHAS:

DIOGO ANTONIO DE FREITAS BARBOSA

CPF nº 044.703.186-47

RG MG nº 11.514.664 SSP/MG

IARA CAROLINE F. CARVALHO

CPF nº 083.868.056-92

RG nº 8.933.061 SSP/MG

GESTOR DO CONTRATO:

Marcele Teresa Alves de Souza Cisi

Marlene de Araújo Silva Nepomuceno